

## **A POLÍTICA DE MORADIA INDÍGENA NO RIO GRANDE DO SUL: MODELOS DE IMPLANTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL**

### **THE INDIGENOUS HOUSING POLICY IN RIO GRANDE DO SUL: IMPLEMENTATION MODELS AND GENERAL CHARACTERIZATION**

Pricila Spagnollo<sup>1</sup>; Milena Pereira<sup>2</sup>; Caliane Christie Almeida<sup>3</sup>; Henrique Kujawa<sup>4</sup>; Alcindo Neckel<sup>5</sup>

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: pricispa@hotmail.com.

2 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo, bolsista de iniciação científica da FAPERGS e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. IMED. E-mail: milenabenetti@hotmail.com.

3 Orientadora. Docente e pesquisadora do Programa de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da IMED (PPGARQ/IMED). Coordenadora do Grupo de Pesquisa THAC-IMED e Bolsista de Produtividade da Fundação Meridional. E-mail: caliane.silva@imed.edu.br.

4 Orientador. Docente do mestrado de Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. E-mail: henrique.kuwaja@imed.edu.br.

5 Orientador. Docente da graduação e mestrado de Arquitetura e Urbanismo e membro do Grupo de Pesquisa THAC-IMED. E-mail: alcindo.neckel@imed.edu.br.

#### **RESUMO**

No contexto histórico, as políticas públicas de habitação eram voltadas majoritariamente para áreas urbanas, enquanto as rurais encontravam-se à margem dos programas de financiamento habitacional. A população indígena, em especial, foi atingida pelo déficit habitacional proveniente do processo de demarcação de terras que, em meio a contradições e disputas, desabrigou muitas famílias e limitou suas práticas culturais. Em 2003, o primeiro Programa estatal destinado à habitação rural foi criado – contemplando também a população indígena – sendo ampliado e melhorado com o passar do tempo, com intuito de amenizar o problema da falta de moradias e incentivar a permanência da população no campo. O objetivo do presente artigo consiste em analisar os modelos de implantação e caracterizar as moradias indígenas concebidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – Rural, nas TIs de Cacique Doble, Monte Caseros, Carreteiro, Ligeiro e Ventarra, localizadas no norte do Rio Grande do Sul. Os procedimentos metodológicos adotados, para tanto, consistem em revisão bibliográfica e documental acerca do assunto, bem como nos arquivos do Grupo de Pesquisa de Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC) coletados em visitas a campo, que possibilitaram o levantamento de informações sobre a realidade destes agrupamentos. Com isso, ressalta-se que o acesso ao benefício foi de suma importância para os moradores contemplados, diminuindo o déficit habitacional e melhorando a habitabilidade de suas residências, todavia, as condições em que as moradias se encontram evidenciam as deficiências da política pública, necessitando de melhorias para que possam ser efetivamente de qualidade, respeitando a cultura e as reais necessidades da população indígena.

**Palavras-chave:** Políticas públicas habitacionais; MCMV-Rural; Moradia Indígena.

## **ABSTRACT**

In the historical context, public housing policies were mainly focused on urban areas, while rural ones were on the margins of housing financing programs. The indigenous population, in particular, was affected by the housing deficit resulting from the land demarcation process that, in the midst of contradictions and disputes, displaced many families and limited their cultural practices. In 2003, the first state program for rural housing was created - also covering the indigenous population - being expanded and improved over time, in order to alleviate the problem of lack of housing and encourage the population to remain in the countryside. The objective of this article is to analyze the implantation models and characterize the indigenous houses conceived by the Minha Casa Minha Vida - Rural Program, in the Cacique Doble, Monte Caseros, Carreteiro, Ligeiro and Ventarra ITs, located in the north of Rio Grande do Sul. The methodological procedures adopted, for this purpose, consist of bibliographical and documentary review on the subject, as well as in the files of the Research Group on Theory and History of Housing and the City (THAC) collected during field visits, which enabled the survey of information about the reality of these groupings. With that, it is emphasized that access to the benefit was of paramount importance for the contemplated residents, decreasing the housing deficit and improving the habitability of their homes, however, the conditions in which the homes are found show the deficiencies of public policy, requiring improvements so that they can be effectively of quality, respecting the culture and the real needs of the indigenous population.

**Keywords:** Public housing policies; MCMV-Rural; Indigenous Housing.

## **1 INTRODUÇÃO**

As políticas públicas acerca de habitação social são consideradas importantes meios para diminuir o déficit habitacional no Brasil, mesmo recebendo críticas devido à sua abrangência, aplicação e impactos. Neste sentido, pode-se destacar num primeiro plano, a preocupação majoritária em relação à demanda urbana quando comparada à rural, fazendo com que esta custasse a receber tais benefícios de maneira eficaz, envolvendo anos de espera (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR foi criado em 2003 com intuito de atender a demanda habitacional rural, caracterizada por pontuais alternativas que se propunham a solucionar tal problema. As constantes atualizações e consideráveis mudanças buscando facilitar o acesso aos financiamentos e concessões, reivindicadas pelas famílias com menor poder aquisitivo, fez com que em 2009, o PNHR se tornasse uma das vertentes do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, passando a ser conhecido como Programa Minha Casa Minha Vida Rural – PMCMV-R (ROVER, MUNARINI, 2010). O objetivo principal do PMCMV-Rural é garantir que os moradores de áreas rurais possam construir, ampliar e/ou reformar suas residências contando com auxílio (recursos) necessário, a fim de favorecer a permanência do homem no campo pela oferta de condições dignas de habitabilidade (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

Uma das importantes demandas do PMCMV-Rural consiste no déficit habitacional que atinge grande parcela das famílias indígenas em reservas sul-riograndenses, uma vez que o cenário criado pelas demarcações e ações governamentais comprometeu e limitou sua organização original. Com a posse intercalada entre seus povos e agricultores, com concessões ordenadas pelo Estado em diferentes momentos históricos, muitas características foram alteradas, sendo que quando os indígenas retomaram a posse, já não reconheciam o território, resultando em inúmeros desabrigados. Com isso, conflitos entre indígenas e agricultores têm marcado as últimas décadas em constante apelo pela defesa cultural e diversidades de cada categoria (KUJAWA, ALMEIDA, 2019; KUJAWA, 2015).

Neste contexto, o presente artigo trata panoramicamente da implementação da política habitacional rural do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV-Rural – com ênfase nas características e organização das moradias indígenas do norte do Rio Grande do Sul. O objetivo central consiste em analisar, discutir e compreender de que forma os indígenas adaptaram as unidades habitacionais ofertadas pelo programa ao seu estilo de vida e práticas culturais, de modo a atender necessidades e resgatar seu modo de viver.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A estrutura deste trabalho compreende um breve resgate conceitual sobre habitação social, seguido do histórico relacionado à políticas públicas habitacionais, destacando àquelas voltadas ao meio rural. Posteriormente, aborda-se as questões associadas à conformação de terras indígenas, buscando entender o processo de demarcação e seu impacto pelas mudanças territoriais causadas. Na sequência, foi realizada a análise das características e organização habitacional indígena que, a partir do PMCMV-Rural, foi contemplada com diversas unidades residenciais. Por fim, nas considerações, são evidenciados os resultados e impressões panorâmicas relacionadas ao tema, destacando a existência de potencialidades e vulnerabilidades do PMCMV-Rural quando associado à cultura indígena.

Para tanto, foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental acerca dos fatos históricos relacionados ao tema, com base nos autores Kujawa e Almeida (2019), Silva (2014), bem como a análise de registros fotográficos realizados *in loco* (Terras indígenas de Cacique Doble, Montes Caseros, Carreteiro, Ligeiro e Ventarra) e entrevistas com caciques destas áreas, levantamento feito pelo Grupo de Pesquisa THAC durante pesquisa de campo.

## **3 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL: MINHA CASA MINHA VIDA RURAL (MCMV-R)**

A moradia é um direito humano desde 1948<sup>1</sup>, reconhecido a nível mundial pela Organização das Nações Unidas (ONU) é considerada essencial para a vida das pessoas (SILVA, 2014). A ausência da habitação legal e digna é vista, segundo o conceito de capacitações de Amartya Sen (2010), como um limitador de desenvolvimento que implica diretamente na vida pessoal, profissional e/ou social do indivíduo. O poder de escolha mediante esta situação torna-se restrito, condicionando o desenvolvimento e ameaçando a justiça social. Para que o direito à

---

<sup>1</sup> Artigo 25 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU, validada pelo Brasil em 1992 (SILVA, 2014).

moradia seja exercido, é fundamental a presença de políticas públicas como meio de efetivação e salvaguarda, assegurando condições favoráveis para seu cumprimento (KUJAWA, MOREIRA, 2018).

Neste sentido, a política pública desenvolvida pelo Estado em prol do direito à moradia é conhecida como habitação social, sendo destinada a atender a população mais carente. Desta forma, destaca-se que as ações concebidas pelo poder público acontecem de forma direta ou indireta, por meio de variadas formas, como programas de incentivo, auxílios, doações, financiamentos e/ou criação de novos órgãos responsáveis pela causa que atuam, com base em leis específicas para consolidar este processo (ALMEIDA, 2007).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, os programas voltados à moradia foram criados como reação à crise que envolvia o setor habitacional do país, sendo destinados inicialmente, para os moradores de zonas urbanas, que a partir de uma renda específica estariam aptos ao financiamento. As políticas públicas voltadas à habitação social apresentavam, em sua maioria, caráter exclusivo, deixando o aspecto social para priorizar fins lucrativos. Desta forma, a população que residia em áreas rurais (pequenos agricultores, indígenas, ribeirinhos, etc.) e/ou não possuía renda fixa comprovada, encontrava-se à margem destes programas, sem acesso aos benefícios (ALMEIDA, 2012).

Pelo fato de apresentar baixa densidade e menor déficit habitacional quando comparada à urbana, a zona rural passou a receber atenção política a partir dos anos 2000, uma vez que, até então, a preocupação com essas áreas se restringia apenas à teoria (leis). Visando atender a demanda, o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) foi criado como forma de financiar moradias a partir de recursos federais, estaduais e dos municípios. A partir de tal feito, foram realizadas novas ações em prol da moradia rural no Rio Grande do Sul, que serviu de modelo para o Rio de Janeiro e depois foi disseminada pelo país, o que originou a implantação do PSH-Rural. A promessa de tal programa permitia a participação dos contemplados durante a concepção do projeto arquitetônico quebrando a sequência de moradias regidas pelo mesmo padrão (KUJAWA, ALMEIDA, 2019):

O conjunto de ações até então desenvolvidas, culminou na criação do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR), em 2003, que reuniu o PSHR, a Carta de Crédito do FGTS - Operações Coletivas e o Crédito Solidário. Em 2004, deu-se a aprovação da nova política pública habitacional, a Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação (SNH). No ano seguinte, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foram criados (KUJAWA, ALMEIDA, 2019, p.168).

Em relação às políticas de habitação voltadas aos indígenas, algumas ações ocorreram por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Porém, a demanda por domicílio representada pelos moradores rurais<sup>2</sup>, passou a ser contemplada de forma efetiva pelo Estado somente após a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) pela Lei 11.977 de julho de 2009, que possui uma de suas linhas voltadas ao Programa de Habitação Rural (PNHR), também conhecido como MCMV-Rural (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

---

<sup>2</sup> População representada pelos agricultores familiares e trabalhadores rurais, comunidades quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores e piscicultores (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

O Programa divide-se em três grupos, com objetivo de atender famílias que possuem diferentes rendas anuais. Inicialmente, as rendas eram distribuídas nestes grupos da seguinte forma: o Grupo 1 compreendia trabalhadores rurais e agricultura familiar com renda bruta anual até R\$15 mil reais (BRASIL, 2009), o Grupo 2 era formado por àqueles cuja renda familiar bruta estivesse entre R\$10 mil e R\$30 mil reais, e o Grupo 3 consistia em famílias com renda anual de R\$30 mil a R\$60 mil reais – para cada um, subsídios e parcelas concedidos de forma específica (BRASIL, 2011). O PMCMV Rural visa destinar recursos para que a população rural possa construir ou reformar sua moradia enquanto incentiva a permanência do homem no campo. Tais recursos têm origem no Fundo Geral da União (OGU) e no FGTS (KUJAWA, NOGUEIRA, 2019; SILVA, 2014).

Os projetos são mediados pelas Entidades Organizadoras (EO), responsáveis por efetivar o processo, organizando os beneficiados e promovendo a produção das unidades habitacionais. Para Silva (2014, p.90), são consideradas EO:

(...) cooperativas, associações, condomínios, sindicatos, entidades privadas sem fins lucrativos, Poder Público Estadual e Municipal, companhias de habitação, pessoas jurídicas voltadas à produção de unidades habitacionais e também o INCRA ou Institutos de Terras Estaduais.

### 3.1 Conformação das Terras Indígenas e aplicação do MCMV-R

No Brasil, conforme dados do último Censo IBGE (2010) 896 mil pessoas declaravam-se indígenas, sendo que 63,8% (572 mil) habitavam áreas rurais enquanto os 57,5% (517) viviam em Terras Indígenas (TIs) reconhecidas. O Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentava o maior volume de indígenas da região sul do país, uma vez que somava 34.001, dos quais 18.266 permaneciam morando em reservas. Entre 1910 e 1918, foram demarcadas as TIs no norte do Rio Grande do Sul, compreendendo 11 vastas áreas, que delimitavam o que estaria disponível para colonização e o que pertencia às reservas indígenas (KUJAWA, NOGUEIRA, 2019) (Figura 01).

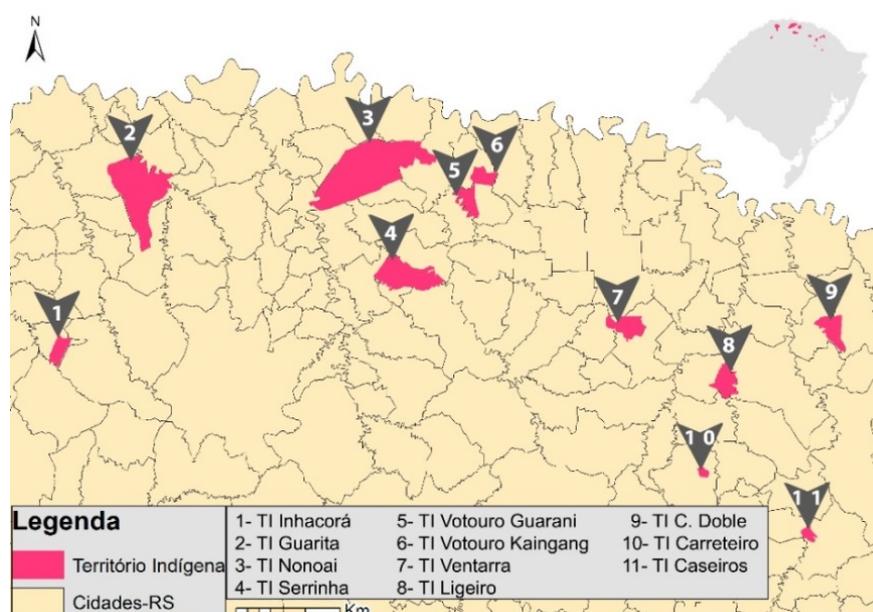


Figura 1: Demarcação das 11 terras indígenas entre 1910 e 1918 na porção norte do estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Kujawa e Nogueira (2019)

A política pública de demarcação de TIs desenvolvida pelo Estado apresenta uma grande contradição, uma vez que atribui a mesma área, em momentos distintos, a cada um dos grupos, gerando o confronto. Em um campo conflituoso e contraditório, o cenário entre indígenas e agricultores é marcado por constantes desentendimentos – intensificados na última década – expondo as gritantes diversidades culturais, sociais e econômicas entre tais categorias. (KUJAWA, 2015).

Com a autorização cedida pela Constituição de 1988, responsável por devolver o direito cultural e território aos indígenas, o Rio Grande do Sul reconheceu seu equívoco na situação anterior, acerca da venda das TIs demarcadas aos agricultores. Para legalizar a situação, as terras foram demarcadas novamente obedecendo aos limites originais, trazendo como consequência a segregação dos proprietários, no caso agricultores, mediante indenização ou reassentamento. Todavia, ao retornar às terras, de sua posse por direito, os indígenas se depararam com um cenário totalmente modificado, que atendia às necessidades dos agricultores e já não apresentava as características originais relacionadas à sua cultura. As aldeias já não existiam, dando espaço às glebas, modelo que distava da organização cultural e social Kaingang, fazendo com que muitas permanecessem abandonadas após a saída dos agricultores. Partindo disso, o déficit habitacional atingiu grande parte das famílias indígenas em TIs sul-riograndenses, o que acarretou na importante demanda que passou a ser atendida pelo PMCMV-Rural a partir de 2009 (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

O Programa MCMV-Rural viabilizou a construção de um total de 1.712 unidades habitacionais indígenas (UHI) em TIs no Rio Grande do Sul, sendo 264 moradias (15,42%) localizadas nas TIs de Cacique Doble (101), Montes Caseros (71), Carreteiro (12), Ligeiro (50) e Ventarra (30) objetos de estudo deste estudo<sup>3</sup> (Grupo de Pesquisa THAC-IMED Habitação Rural). Considerando a média da composição familiar indígena da região (quatro habitantes por UHI) e o total da população indígena registrada oficialmente, estima-se que 47,7% das famílias residentes nas TIs situadas no norte do Rio Grande do Sul foram beneficiadas pelo Programa (KUJAWA, ALMEIDA, 2019).

Entretanto, a nova moradia não estava associada ao modo de vida e à cultura dos indígenas, distando de suas realidades. Conforme Kujawa e Almeida (2019), a oportunidade de participar na definição do projeto de moradia que seria dada aos contemplados – defendida pelo Plano de Subsídio de Habitação Rural (PSHR) 2002 – não saiu do papel, fazendo com que o padrão construtivo de conjuntos habitacionais urbanos fosse refletido nas TIs do norte do estado do Rio Grande do Sul (Figura 2). Desta forma, as particularidades sociais e culturais, bem como a forma de se relacionar com o ambiente em que vive, com a natureza, com os demais habitantes da reserva passaram a ser limitadas pela nova forma de morar.

---

<sup>3</sup> Os municípios que fazem parte das TIs em estudo são: TI Cacique Doble – Cacique Doble, TI Montes Caseros – Ibiraiaras e Muliterno, TI Carreteiro – Água Santa, TI Ligeiro – Charrua, TI Ventarra – Erebangó.



Figura 2: MCMV-R na TI de Montes Caseros  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019

#### **4 MORADIAS INDÍGENAS : ORGANIZAÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL**

No Rio Grande do Sul, conforme citado anteriormente, 18.266 indígenas vivem em reservas. Os povos que compõem estas TIs consistem em Kaingang e Guaranis, sendo que ao norte do estado nota-se o predomínio do primeiro<sup>4</sup>, conforme mostra a Figura 3. Nesta região, estão localizadas as TIs de Cacique Doble, de Montes Caseros, de Carreteiro, de Ligeiro e de Ventarra, aqui tratadas como objetos de estudo.

Primeiramente, são analisados os modelos de implantação de cada uma das TIs, contextualizando suas características e destacando particularidades acerca da urbanização, acessos, distribuição de moradias e formação de núcleos. Em seguida, é feita análise morfológica dos projetos com base nos critérios utilizados por Kujawa e Almeida (2019), relacionados aos aspectos de modelo construtivo, suas principais alterações, presença de ampliações e problemas de fonte estrutural ou hidrossanitária.

---

<sup>4</sup> Segundo Kujawa e Tedesco (2014, p. 71): “A intensa presença kaingang na região nordeste é relatada, inclusive a partir de documentos oficiais, por diversos autores, entre eles: Hensel (1928); Laroque (2000; 2007), Oliveira (1990); Cafruni (1966), Teschauer (1929)”.

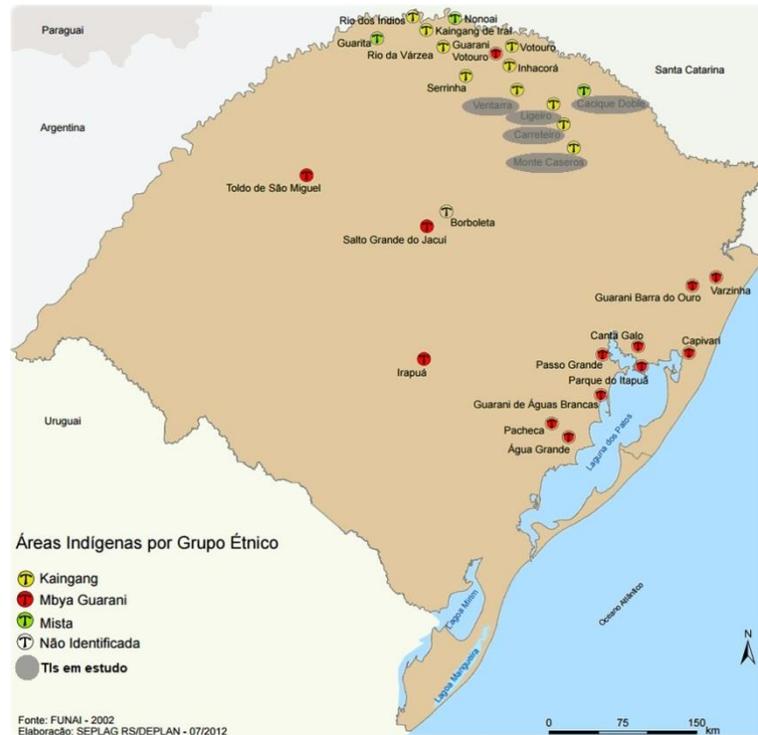


Figura 3: TIs do norte do Rio Grande do Sul: áreas de estudo.  
Fonte: Funai - Adaptado pelos autores, 2020.

#### 4.1 Caracterização das Terras Indígenas: modelo de implantação

A TI de Cacique Doble (Figura 4), demarcada no ano de 1911, abrange 4.000 hectares e contava segundo o Censo de 2010, com 929 habitantes, sendo a única de origem mista (Kaingang e Guarani) entre as analisadas neste artigo.

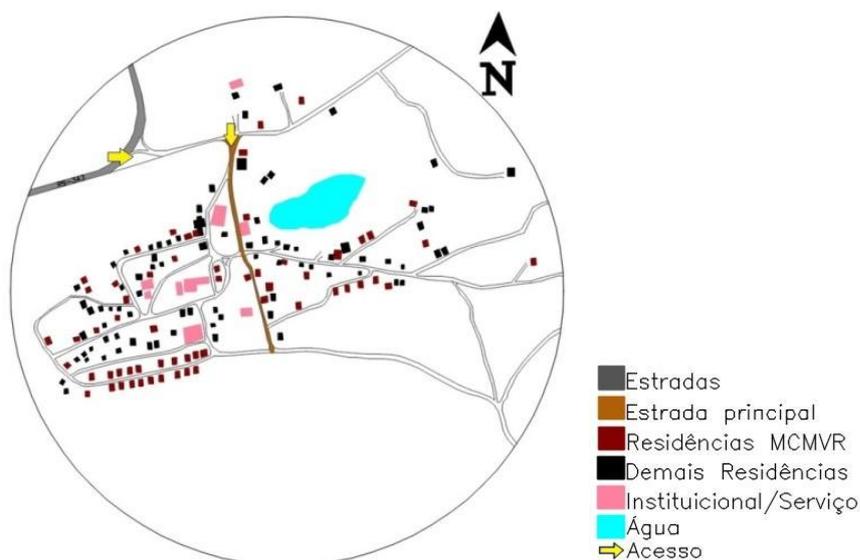


Figura 4: Terra Indígena de Cacique Doble - RS  
Fonte: Google Earth via AutoCad, adaptado pelos autores, 2020

Em relação à implantação da reserva, o número de moradias totaliza 149 unidades, sendo que estas acompanham as vias de acesso, implantadas de forma paralela. É notável que o agrupamento de residências e edificações institucionais e

de serviço nesta TI se concentra, majoritariamente, na porção oeste da estrada principal, onde as ramificações de vias internas se encontram e formam o núcleo principal da aldeia. Para chegar ao local, existe um acesso único que estabelece conexão direta com a RS-343. O distanciamento entre as moradias não obedece a um padrão, podendo ser percebido de forma mais clara onde o MCMV-R, que executou 101 das unidades habitacionais na TI, manteve a lógica de construção sequencial. Sobre a urbanização, as vias e vielas internas da ocupação encontram-se em estado precário, dificultando o acesso e circulação em seu interior.

A TI de Montes Caseros foi demarcada em 1911. Essa Terra Indígena abrange áreas pertencentes aos municípios de Ibiraiaras e de Muliterno, somando 1.000 hectares, onde habitam 586 pessoas (IBGE, 2010). A mencionada TI se difere das demais por contar com a existência de três núcleos dentro da reserva, conhecidos como Santa Catarina, Vila Nova e Santo Antônio (Figura 5).

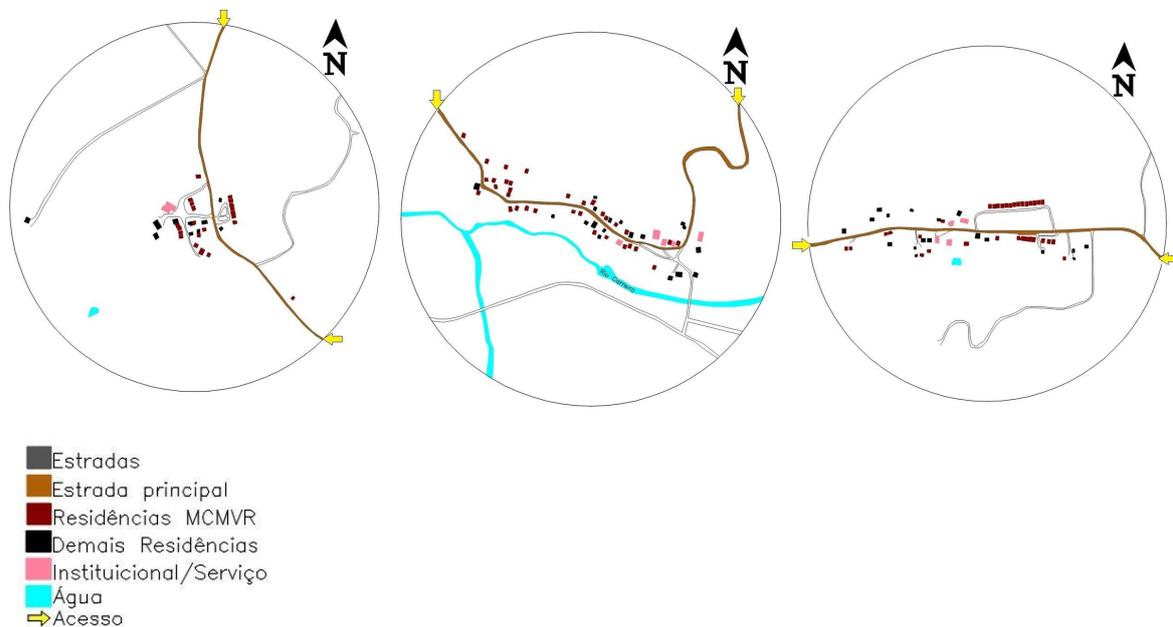


Figura 5: Terra Indígena de Montes Caseros: áreas 1, 2 e 3, respectivamente.  
 Fonte: Google Earth via AutoCad, adaptado pelos autores, 2020

A implantação desta reserva conta com um menor agrupamento de moradias, distribuídas nos três núcleos citados acima. As unidades habitacionais somam 133 residências, sendo que 71 foram construídas pelo Programa MCMV-R. Os projetos construídos nesta TI foram realizados por mediação das Entidades Organizadoras Crehnor e Assain. A organização nos dois primeiro núcleos acompanha a linearidade das vias, enquanto no núcleo Santa Catarina, as moradias são dispersas (com exceção de parte das unidades MCMV que seguem uma sequência espacial), não seguindo um padrão de implantação regular. É notável que a maior concentração de moradias fica próxima às edificações institucionais e de serviço (igrejas e salão comunitário), formando centralidades em cada área. Cada núcleo possui dois acessos, que mesmo em condições precárias, permitem conectá-los à região. Destaca-se nesta reserva, a realização de atividades voltadas à pecuária, produção/extração de resina e cultivo de vegetais (hortas).

Já a TI de Carreteiro, localizada no município de Água Santa, foi demarcada no ano de 1911, e conta com uma área de 602 hectares, onde vivem 239 pessoas, conforme informações do último Censo (2010) (Figura 6).

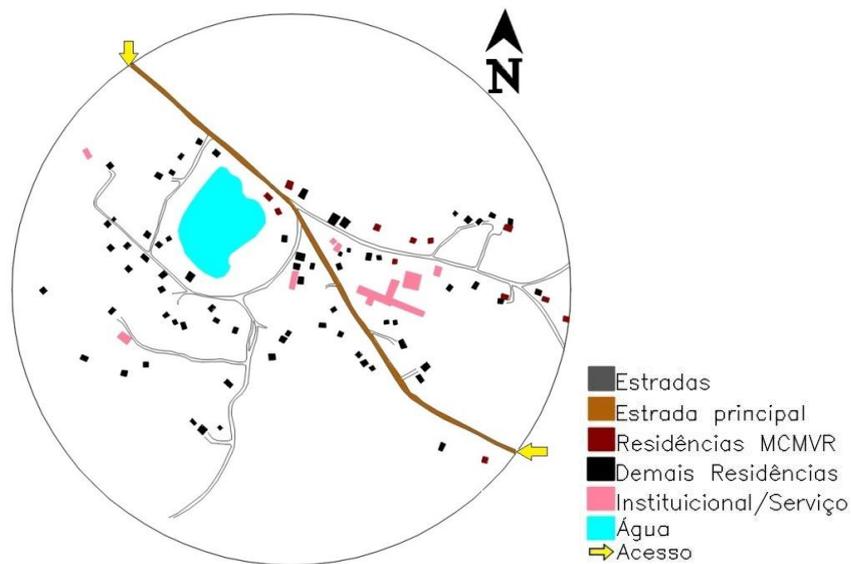


Figura 6: Terra Indígena de Carreteiro.

Fonte: Google Earth via AutoCad, adaptado pelos autores, 2020.

Em relação à implantação da TI, o número de moradias soma 81 unidades habitacionais – 12 concebidas pelo Programa MCMV-R –, distribuídas de forma heterogênea na gleba, em alguns casos próximas às vias, em outros mais isoladas. Pode-se considerar como núcleo principal, a região próxima às edificações institucionais e de serviço, junto à via principal que permite acesso à reserva em dois locais. Nota-se um distanciamento maior entre moradias na TI de Montes Caseros quando comparada às TIs anteriores. Da mesma forma que as demais, as estradas de terra que conectam o interior da reserva não encontram-se em boas condições.

TI de Ligeiro foi demarcada em 1911, localiza-se situada no município de Charrua e compreende uma área de 5.000 hectares que, segundo o Censo (2010), abrigava 1524 pessoas naquele ano (Figura 7).

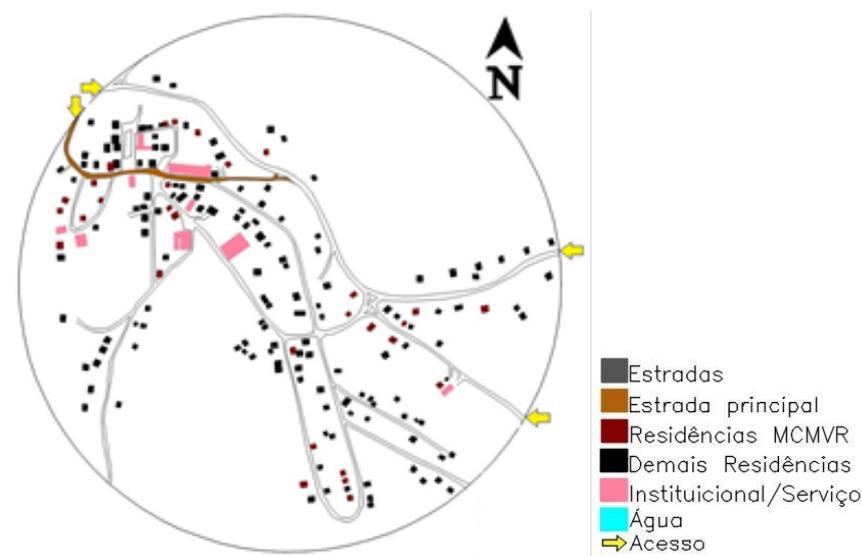


Figura 7: Terra Indígena de Ligeiro.

Fonte: Google Earth via AutoCad, adaptado pelos autores, 2020

Na implantação desta TI, pode-se observar a formação de um núcleo central próximo à estrada principal destacada acima, responsável por conectar as ramificações viárias da aldeia. Somando 149 unidades habitacionais, sendo 50 ofertadas pelo MCMV-R, a organização e distanciamento das moradias entre si não segue um padrão. O cacique da reserva, autoridade da área, ressaltou em conversa a importância do programa MCMV-R por meio das moradias ofertadas, uma vez que o aumento da população da TI refletiu no seu déficit habitacional<sup>5</sup>. Sobre a urbanização, mesmo em estado precário, existe a presença de quatro acessos.

A TI de Ventarra localizada no município de Erebango, foi demarcada em 1911 abrangendo uma área de 772 hectares onde, segundo o Censo (2010) viviam 269 pessoas (Figura 8).

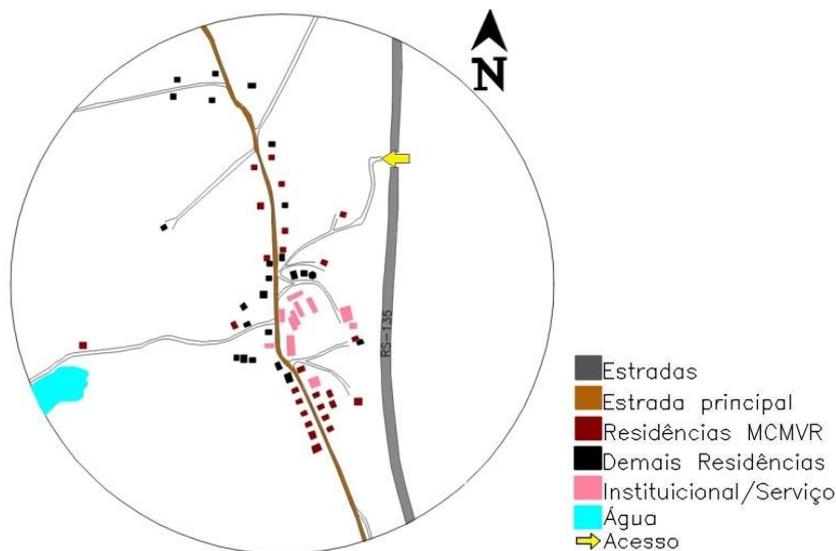


Figura 8: Terra Indígena de Ventarra.

Fonte: Google Earth via AutoCad, adaptado pelos autores, 2020

A implantação da reserva de Erebango aponta a organização das moradias acompanhando, em sua maioria, a linearidade da via principal, com núcleo conformado pela área que abriga as edificações institucionais e de serviço (igrejas e salão comunitário). Composta por 49 unidades habitacionais, sendo 30 provenientes do Programa MCMV-R, distribuídas com espaçamento similar entre cada uma (aproximadamente 10 metros). O acesso à TI é restrito à RS-135, importante conexão com outros municípios, enquanto a conexão interna acontece pelas estradas de terra.

De modo geral, as implantações das TIs em estudo apresentam características semelhantes, com núcleo organizado próximo aos equipamentos coletivos e via principal – sem pavimentação – assemelhando-se às vilas urbanas. A forma de relacionar-se com o entorno já não é como a original, inclusive é notável a incorporação de costumes colonos, representados pela ocupação de antigas casas, criação de animais e cultivo de hortaliças (em alguns casos). A demanda por novas moradias também é um apelo da população indígena destas áreas já que, em alguns casos, até três famílias dividem a mesma casa. Relatos de autoridades lamentam a proximidade entre as casas, uma vez que o costume e cultura de morar

<sup>5</sup> Segundo o cacique da TI Ligeiro, em Charrua, para solucionar tal problema ainda seria necessária a construção de 100 novas unidades habitacionais.

em áreas retiradas, com contato direto junto à natureza, são limitados pelo modelo padrão que tem sido implantado.

#### 4.2 Aspectos arquitetônicos: modelo construtivo, principais alterações, ampliação e problemas estruturais.

Pode-se destacar que o modelo construtivo das TIs em estudo consiste basicamente em três tipologias: padrão MCMV – caracterizado pela cobertura em duas águas, moradias isoladas, planta mínima com modelo replicado; residências de madeira, dos colonos que habitavam as áreas ou construídas posteriormente pelos indígenas; e moradias redondas (Figura 9), presentes na TI de Montes Caseros, que destacam-se pela sua aparência e particularidades. Na TI de Cacique Doble, as novas residências eram construídas próximas às antigas, como mostra a Figura 10, sendo que estas passariam a ser usadas como depósito ou continuariam abrigando membros da família.



Figura 9: Moradias redondas na TI de Montes Caseros  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019



Figura 10: Casas novas construídas junto às existentes na TI de Cacique Doble  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019

Em relação às alterações, foram encontradas em pequena escala, destacando o uso do banheiro (inacabado na construção) como despensa para armazenamento de produtos, buscando áreas externas para fazer as necessidades fisiológicas. Um fato notável em uma das TIs foi o uso de uma geladeira antiga como banheira (Figura 11), em uma pequena área vedada com panos, onde existe água encanada. Enquanto em outros casos, o banho acontece nos tanques por ser o local com acesso à água. Outra alteração encontrada foi a auto vedação das áreas abertas das residências, dando origem a um novo cômodo (Figura 12).



Figura 11: Local usado para banho  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019



Figura 12: Auto vedação com madeira  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019

O modelo de ampliação encontrado foi, em sua maioria, relacionado à varandas e garagens, adaptando o espaço do entorno da moradia à necessidade de uso de seus moradores. A nova área criada permite novo uso, porém, como a Figura 13 e 14 mostram a seguir, o improviso, falta de mão-de-obra e materiais de qualidade compromete o bom desempenho e segurança de seus moradores.



Figura 13: Ampliação resultou em um novo cômodo e ampliou a área de varanda.  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019



Figura 14: Cobertura improvisada para abrigar o carro dos moradores.  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019

Outro importante aspecto presente nas TIs consiste em problemas estruturais e hidrossanitários. Em se tratando de estrutura, destacam-se as más condições das fundações das unidades habitacionais, como mostra a Figura 15, além da inexistência de pisos e revestimentos ocasionados pela economia de material. Residências encontram-se com encanamentos danificados, esgoto à céu aberto, com banheiros sem condições básicas de uso ( ou até mesmo inexistência dos mesmos, ou obras não concluídos), resultando em problemas de higiene e saúde dos moradores (Figura 16).



Figura 15: Problemas estruturais na fundação da residência.  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019



Figura 16: Problemas hidrossanitários.  
Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2019

Neste sentido, percebe-se por meio das patologias levantadas, a falta de infraestruturas básicas para uma vida digna, o que tende a acarretar em problemas de saúde e segurança. Segundo Kujawa e Almeida (2019), regidos pelo modelo padrão de construção habitacional, os indígenas buscam adaptar suas residências e entorno às necessidades de seu cotidiano, mesmo que isso não assegure a manutenção de práticas e cultura de sua identidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução do déficit habitacional, bem como o acesso à moradia digna, são conquistas de suma importância para os indígenas, principalmente aos que permanecem em reservas e, muitas vezes, não possuem infraestruturas básicas para morar e viver. O Programa Minha Casa Minha Vida Rural passou a atender esta população a partir de 2009, sendo que as TIs de Cacique Doble, Ligeiro, Ventarra, Montes Caseros e Carreteiro localizadas no Rio Grande do Sul – objetos abordados no presente estudo – foram contempladas pelo benefício, proporcionando a conquista da casa própria a um percentual de 47% das famílias residentes nessas localidades. O alcance do Programa a estes territórios traz esperança à população de baixa renda indígena, que necessita de auxílio para garantir uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, a valorização de sua existência.

O modelo de implantação das TIs analisadas mostra que, após os conflitos e contradições impostas pelo processo de demarcação, os indígenas passaram a se organizar conforme as condições e recursos ofertados pelo novo ambiente, migrando do formato aldeia para vilas (semelhante às urbanas), similar ao posto por Kujawa e Almeida (2019) para outras TIs do estado. O padrão construtivo produzido pelo PMCMV-Rural tem sua implantação consolidada pelo funcionamento e baixo custo, o que faz reproduzir o mesmo modelo em diferentes regiões. No caso dos indígenas, tais réplicas de moradia implicam diminuição de liberdade para associar o modelo habitacional à sua cultura, o que acaba limitando o uso e aproveitamento destes espaços. Mesmo assim, a população contemplada valoriza o benefício e busca praticar e manter seus costumes adaptando-se ao novo modo de viver que lhe foi estabelecido.

Os problemas relacionados à infraestruturas e patologias encontradas durante a análise de implantação, construtiva e arquitetônica das unidades habitacionais, reflete o baixo investimento em materiais, o que tende a desencadear problemas de natureza estrutural, hidrossanitária (instalações precárias de escoamento do esgoto) e dificuldade de acesso à água encanada, como também observado em outras aldeias da região. Além disso, relatos dos moradores informam sobre o abandono de obras ou conclusão parcial das mesmas, fazendo com que ao final do processo algumas moradias não contassem com revestimentos e acabamentos básicos, como evidenciado na TI de Montes Caseros.

Contudo, é possível destacar a necessidade de políticas públicas mais eficientes, responsáveis e exemplares, uma vez que a posse de uma residência como abrigo já é de grande valia para a população. Porém, sabe-se que muitas melhorias são possíveis e necessárias para que, efetivamente, tenha-se o acesso ao direito à moradia digna.

### Agradecimentos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelos recursos financeiros disponíveis para o desenvolvimento do projeto. Ao Grupo de Pesquisa THAC-IMED pela disponibilização de recursos humanos no cumprimento das etapas do projeto (HABITAÇÃO RURAL: Uma análise da efetivação da política pública de Habitação Rural no Rio Grande do Sul). À Fundação Meridional pelo apoio à pesquisa através da bolsa de produtividade. À IMED pela bolsa de Iniciação Tecnológica e Inovação PITI.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caliane C. O. de. **Habitação social no Nordeste: a atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964)**. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - (IAU-USP), 2012.

ALMEIDA, Caliane C.O. de. **Habitação Social: Origens e produção (NATAL, 1889-1964)**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - (EESC-USP), 2007.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 326, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre o **Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV**. Disponível em: [http://www.unmp.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=318:programa-minha-casa-minha-vida-rural-pnhr&Itemid=98](http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318:programa-minha-casa-minha-vida-rural-pnhr&Itemid=98)>. Acesso em: 21 jun. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2017. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

KUJAWA, Henrique Aniceto; MOREIRA, Denise de Azeredo. Capítulo 2. In: ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. **Estudos sobre Amartya Sen: pesquisa e repercussão social**. Erechim: Deviant, 2018, 27-46.

KUJAWA, Henrique Aniceto; NOGUEIRA, Jordana Luiza. Parte II. Capítulo 6. In: MAIA, Cláudio Machado; KUJAWA, Henrique Aniceto. Políticas Públicas: elementos teóricos e abordagens práticas. **Novas Edições Acadêmicas**, 2019, 85-100.

KUJAWA, Henrique. Conflitos envolvendo indígenas e agricultores no Rio Grande do Sul: dilemas de políticas públicas contraditórias. **Ciências Sociais Unisinos**, 2015, 51,1: 72-82.

KUJAWA, Henrique; ALMEIDA, Caliane C. O. de. Política De Habitação Em Terras Indígenas: Continuidade do Assimilacionismo e do Etnocentrismo. Semina - **Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, Vol. 18, nº 3, Dec. 2019, p. 159-80, <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/10506>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ROVER, Oscar José; MUNARINI, Paulo Roberto. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, jul. dez. 2010. p. 260- 269.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Cecília M.G. da. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. São Paulo, p. 78. 2014.